

Estudo Técnico Preliminar 32/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 48051.003816/2023-11

2. Descrição da necessidade

Vigilância GER-MG.

O presente documento de estudo técnico visa solucionar a necessidade de serviços de vigilância para as Unidades Administrativas da ANM no Estado de Minas Gerais.

Em observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, o presente Estudo Técnico tem por objetivo demonstrar o problema a ser superado ou a necessidade a ser suprida, evidenciar a real necessidade e determinar a solução a ser alcançada, analisar a viabilidade técnica de sua implementação, e apresentar os elementos essenciais para elaboração do Termo de Referência, de forma a gerar o melhor resultado para a Administração Pública e a justa competição entre os possíveis interessados, visando sempre o interesse público.

2.1 Necessidades a serem atendidas

Atualmente a Gerência Regional de Minas Gerais e as suas respectivas Unidades Avançadas dispõem de solução emergencial na prestação do serviço de vigilância armada cuja vigência se encerra em 16/08/2024, do processo n. 48054.000267/2023-01.

Diante disso, resta à Administração providenciar, na forma da Lei de Licitações, a contratação continuada desse serviço, visando salvaguardar o patrimônio público de possíveis ameaças externas e sinistros, garantir a ordem local e preservar a integridade física e moral dos servidores, dos terceirizados e estagiários lotados nos setores da ANM, bem como do público que necessita estar presente em atendimentos, é necessário:

1. Dotar as Unidades Administrativas da ANM de **segurança** compatível com as condições necessárias à perfeita execução de suas atribuições regimentais;
2. Promover o controle de acesso nas instalações, dos servidores, funcionários terceirizados e dos cidadãos usuários que buscam os serviços públicos por ela prestados;
3. Garantir o controle sistemático da entrada e saída de equipamentos, materiais e documentos;
4. Prevenir ações criminosas, sinistros e manter a ordem interna;
5. Assegurar a integridade física dos servidores, funcionários terceirizados e dos cidadãos usuários que buscam os serviços públicos por ela prestados;
6. Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua e eficiente;
7. Conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

2.2. O que se almeja com a contratação considerando o interesse público.

1. Garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio Público;
2. Atendimento ao público, com ambientes **seguros** e saudáveis para todos os que deles se utilizam, proporcionando estímulo, saúde e bem-estar;
3. Aumento da **segurança no local de trabalho** melhorando assim a eficiência como um todo da ANM, visando o interesse público ao qual se destina.
4. Atender ao § 2º do Art. 1º da Portaria Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, onde:

§ 2º A política de segurança privada envolve a administração pública e as classes patronal e laboral, observados os seguintes objetivos:

I - dignidade da pessoa humana;

II - segurança dos cidadãos;

- III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;
IV - aprimoramento técnico dos vigilantes; e
V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CONLOG	Álvaro Barbosa de Santana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos da Contratação:

A solução deverá:

1. Garantir a vigilância, de forma ativa, nas dependências e áreas privadas da ANM com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades.
2. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme;
3. Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas nas dependências da ANM;
4. Fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos;
5. Ter condições de combater focos de incêndio, com a devida comunicação aos órgãos competentes.
6. Não conflitar com o plano de cargos e carreira da ANM;
7. Se caracterizar como contínua, devido o tipo do serviço a ser realizado.
8. Ser implementada no máximo em 90 dias após a conclusão dos Estudos Técnicos;

4.2 Critérios e práticas de sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 7.404, de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

- b.1) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- b.2) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b.3) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

d) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

e) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

- e.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

4.3 Padrões mínimos de qualidade e desempenho

- 1. Os serviços prestados deverão ter padrão de qualidade equivalente ou superior aos prestados na iniciativa privada, uma vez que atender à Administração é atender ao interesse público, inclusive com recursos públicos.
- 2. Para fins de fiscalização e gestão do contrato será designado um servidor público, com competência para acompanhar e demandar o que julgar necessário, dentro de suas atribuições legais. Essa fiscalização é feita rotineiramente e, mensalmente é realizado atesto dos serviços prestados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Vigilância Patrimonial

5.1.1. Soluções:

- Solução 01: Contratação dos serviços de vigilância sob demanda;
- Solução 02: Instalação de segurança eletrônica e cerca elétrica com monitoramento remoto.
- Solução 03: Terceirização dos serviços de Vigilância Patrimonial Armada com dedicação exclusiva de mão-de-obra;

5.1.2. Planilha de julgamento das soluções apresentadas:

Item	Requisitos	Solução 1	Solução 2	Solução 3
1	Garantir a vigilância, de forma ativa, nas dependências e áreas privadas da ANM com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades.	0	0	1
2	Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas.	1	1	1
3	Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas nas dependências da ANM;	0	0	1
4	Fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos;	1	0	1
5	Ter condições de combate a focos de incêndio, com a devida comunicação aos órgãos competentes.	0	1	1
6	Não conflitar com o plano de cargos e carreira da ANM;	1	1	1
7	Se caracterizar como contínua, devido o tipo do serviço a ser realizado.	0	1	1
8	Ser implementada no máximo em 90 dias após a conclusão dos Estudos Técnicos;	1	1	1
9	Atende aos critérios e práticas de sustentabilidade	1	1	1
10	Padrões mínimos de qualidade	1	1	1
	Pontuação	6	7	10

5.1.3. Conclusão:

Conforme demonstrado na tabela acima, a Solução 03 é a única que atende todos os requisitos apresentados para a contratação ora estudada, sendo a alternativa a seguinte:

Solução 03: Contratação de empresa(s) especializada(s) na **prestação dos serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada com dedicação de mão-de-obra exclusiva** para atender as necessidades da Gerencia Regional da ANM no Estado de Minas Gerais.

6. Descrição da solução como um todo

6.0. Serviços a serem contratados

1. Contratação de empresa(s) especializada(s) na **prestação dos serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada com dedicação de mão-de-obra exclusiva** para atender as necessidades da Gerencia Regional da ANM no Estado de Minas Gerais.

6.1. Requisitos da Contratada

1. Requisitos legais previstos em legislação pertinente;
2. A empresa contratada deve demonstrar ter condições necessárias para a execução dos **serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada**, de forma continuada e satisfatória quanto ao índice de medição de resultados definidos no Termo de Referência;
3. Os funcionários que compuserem o quadro de profissionais deverão atender aos requisitos legais, bem como ter perfil adequado para as atividades atribuídas;
4. A contratada deve comprovar os requisitos da habilitação (econômico, financeiro, jurídico e técnico);
5. O serviço que será contratado caracteriza-se como contínuo, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, pois serão executados de forma rotineira e permanente, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação dos serviços realizados na ANM;
6. As empresas de vigilância, para operarem nos Estados, Territórios e Distrito Federal, deverão observar o disposto na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, anexo II deste ETP:

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

7. As empresas especializadas que operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal deverão apresentar:
 - a) Autorização de funcionamento concedida pela Polícia Federal em conformidade com a Lei nº 7.102 /83;
 - b) Revisão de autorização de funcionamento em conformidade com a Portaria nº 18.045, de 17 de abril de 2023;
 - c) Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

d) Autorização da Polícia Federal para porte do armamento especificado neste edital no objetivo da prestação dos serviços de segurança PATRIMONIAL.

6.2. Elementos fundamentais para que a contratação produza os resultados pretendidos pela ANM, são :

1. Iniciar os serviços até 15 (quinze) dias úteis após a Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços, a Ordem de Serviço será por Gerência Regional da ANM.
2. Disponibilizar diariamente e integralmente todos os postos de trabalho, sem que ocorram faltas ou atrasos sem a devida cobertura.
3. Os funcionários deverão permanecer bem uniformizado durante o horário de trabalho e utilizar cartão de identificação (crachá) com fotografia na altura do peito, em local visível.
4. Atrasos e faltas devem ser descontadas do pagamento da empresa.
5. Substituir em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo notificar previamente por meio de documento o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
6. A entrega de EPIs e Uniformes de modo oportuno e prévio aos funcionários.
7. A pronta resposta no caso de alterações dos horários da jornada de trabalho.
8. Que os terceirizados tenham as competências técnicas e comportamentais exigidas às suas tarefas.
9. A disponibilização de preposto atuante e em contato direto com os fiscais do contrato.
10. Observância das regras contratuais e da legislação (em especial trabalhista e administrativa) que envolve o serviço.
11. A Contratada deverá adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quando para a execução do serviço em si, inclusive às normas internas e de segurança de trabalho com fornecimento de equipamentos apropriados conforme legislação pertinente.
12. Para os casos de transgressões e/ou inobservância de cláusulas contratuais, das Condições Gerais, e deficiências técnicas na execução dos Serviços (dolo, culpa ou vícios), a Contratante emitirá notificações à Contratada informando e qualificando os fatos constatados, e eventualmente solicitando providências corretivas.

6.3. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

1. É necessário o cumprimento de jornada de trabalho conforme o posto de serviço podendo ser (12x36) horas de segunda-feira a domingo ou de 44 horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira.
2. Essa jornada pode ser reduzida por critérios de segurança e necessidade ou até mesmo ampliada e compensada, conforme limites trabalhistas, mediante comunicado prévio no mínimo de 24h de antecedência, por meio documento da contratante emitido pelo Fiscal do Contrato, devendo a hora excedente ser compensada.
3. O controle da frequência e pontualidade dos funcionários deverá ser realizado por meio de ponto eletrônico ou manual, de responsabilidade da contratada.
4. Os funcionários deverão estar permanentemente bem uniformizados e portando os EPI necessários as suas atividades.
5. Os funcionários terceirizados deverão receber da empresa os treinamentos e qualificações necessárias para a realização das tarefas e operação dos sistemas inerentes aos serviços.
6. Os funcionários deverão possuir as competências técnicas e comportamentais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações e na Descrição de Cargos anexo a esse ETP, bem como apresentar a instrução formal exigida para seu cargo.
7. Não está previsto horas extras para a prestação dos serviços.
8. Endereços onde os serviços serão realizados:

SIGLA da					
----------	--	--	--	--	--

Unidade	CIDADE/UF	Endereço	Nº	Bairro	CEP
GER - MG	Belo Horizonte/MG	Praça Milton Campos	201	Serra	30130-040
UAGV - MG	Governador Valares /MG	Rua Graça Aranha	377	Esplanada	35010-120
UAPM - MG	Patos de Minas/MG	Rua Colômbia	98	Alto Caiçara	38702-210
UAPC - MG	Poços de Caldas/MG	Rua São João da Boa Vista	318	Jardim dos Estados	37701-054

6.4. Requisitos dos profissionais que prestarão os serviços:

1. Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83 e pela Portaria DPF nº 18.045, de 17 de abril de 2023.

2. Cargo Vigilante - CBO5173-30 (Anexo I do ETP);

CATEGORIA PROFISSIONAL		CATSER	CBO
Vigilante - 12 horas diurnas - Segunda a Domingo		23647	5173-30
Vigilante - 12 horas noturnas - Segunda a Domingo		23957	
Vigilante - 44 horas semanais - Segunda a Sexta		23507	
Requisitos Profissionais	A empresa a ser contratada deverá comprovar que os vigilantes designados aos postos de trabalho atendem aos requisitos profissionais fixados na Portaria MJSP /PF n. 18.045/2023.		
Descrição sumária das atribuições	Vigiar dependências e áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.		
Formação e experiência	Ensino médio fundamental com formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo, e com treinamento obrigatório de reciclagem em dia.		
Condições gerais de exercício	Assalariado, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança. Trabalho individual, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos e escala, sujeitos a risco de morte e trabalho sob pressão constante.		
	ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO		

Atividades

- Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas
- Rondar as dependências do local de trabalho
- Ligar e desligar sistemas de iluminação e equipamentos
- Ligar cabine de força
- Verificar o uso do EPI's
- Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos
- Desligar sistemas de iluminação e equipamentos
- Apartar brigas
- Providenciar socorros médicos
- Prestar primeiros socorros
- Solicitar reparos
- Trocar lâmpadas
- Fotografar ocorrências
- Prevenir e combater incêndios
- Credenciar empresas, veículos e pessoas
- FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO**
- Vistoriar bagagens
- Revistar pessoas
- Revistar veículos
- Revistar mercadorias, cargas e bagagens
- Revistar recintos
- Realizar varreduras
- Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos
- Inspeccionar a integridade das cargas
- RECEPCIONAR PESSOAS**
- Recepcionar e identificar pessoas
- Abordar condutor e passageiros
- Consultar a pessoa a ser visitada
- Analisar o comportamento de pessoas
- Abordar pessoas
- Encaminhar pessoas
- Acompanhar o visitante
- Controlar a movimentação interna das pessoas
- Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas
- Requisitar transporte
- Impedir a entrada de pessoas
- Controlar o acesso de veículos
- CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS**
- Verificar a documentação da carga/encomenda
- Conferir a mercadoria e carga
- Apreender objetos ilícitos e irregulares
- Acompanhar a entrega da carga/encomenda dentro do local de trabalho
- Identificar objetos achados e perdidos para devolução
- Verificar documentação do condutor da carga
- Solicitar remoção de cargas em locais inadequados
- COMUNICAR-SE**
- Relatar ocorrências
- Interagir com órgão oficiais
- Prestar informações ao público
- Solicitar a presença de autoridade competente
- Comunicar ocorrências de cargas irregulares
- Informar visitantes sobre normas de segurança
- Comunicar-se através de gestos e sinais
- Preencher relatórios de ocorrências

	-Outras atividades compatíveis desempenhadas pela categoria
Competências Pessoais	-Demonstrar atenção -Trabalhar em equipe -Demonstrar autocontrole -Demonstrar pró-atividade -Demonstrar iniciativa -Demonstrar capacidade de contornar situações adversas -Outras, compatíveis com as atividades da categoria
Requisitos da Lei 7.102/1983	-Ser brasileiro, nato ou naturalizado -Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos -Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei 7.102/1983 e do Anexo I da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF -Não ter antecedentes criminais registrados -Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental

6.5. Justificativa da natureza continuada do serviço:

1. Os serviços a serem contratados justificam-se de natureza continuada pois apresentam todos os requisitos técnicos para atender ao Art. 15 da IN 5/2017 – SEGES, de 26 de maio de 2017:

“os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades das Gerencias Regionais da ANM, assegurando a integridade do patrimônio público de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da missão institucional da ANM, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos para a sociedade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

6.6. Justificativa de Serviços Comuns

Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, haja vista que apresentam requisitos técnicos de desempenho e qualidade passíveis de serem objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

6.7. Justificativa dos cargos a serem contratados

1. Cabe mencionar que os cargos destinados a executar as atividades pretendidas nesta contratação foram extintos do serviço público federal pela Lei 9.632, de 1998.

Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. (Art. 2º, Lei nº 9.632, de 1998). Grifou-se.

2. A Lei 11.046, de 2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do extinto DNPM, e que normatiza o quadro de pessoal da ANM, não prevê a execução de atividades correlatas pelos Servidores do Órgão às decorrentes desta contratação, dessa forma, a Agência não dispõe de servidores especializados para realizar o tipo de serviço objeto desta contratação.

3. A Portaria MPDG nº 443, de 2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507, de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (Grifou-se)

[...]

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

(.....)

Os cargos utilizados para executar as atividades pretendidas atendem aos itens do art. 3º do Decreto 9.507/2018):

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; I

I - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal

4. Desta forma, considerando a Lei 11.046/2004 e o Decreto nº 9.507/2018, verifica-se que a execução dos serviços pretendidos podem ser transferidos para iniciativa privada, para ser executado de forma indireta por empresa especializada no ramo.

6.8. Justificativa para a duração inicial do contrato:

1. A duração do inicial do contrato será de 2 (dois) anos, conforme Lei 14.133, Art.105 e Art.106:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2. Prorrogação contratual, até 10(dez) anos, conforme Lei 14.133, Art. 107 :

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3. O período de dois anos de vigência, foi padronizado para serviços continuados, conforme definição pelo comitê de governança, a fim de se facilitar a gestão contratual.

6.9. Informações Complementares

6.9.1. Vedação à Participação de Cooperativas: nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, não será permitida a participação de cooperativas. A disposição se aplica ao serviço ora contratado, ante a necessidade de subordinação jurídica entre os colaboradores prestadores dos serviços e a contratada, razão pela qual a participação de cooperativa é vedada.

6.9.2. Vedação à Participação de Consórcio: no caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

6.9.3. Plano Diretor de Logística Sustentável: o Plano Diretor de Logística Sustentável da ANM se encontra em procedimento de elaboração (SEI n. 48051.005820/2023-13).

6.9.4. Licitação não Exclusiva às ME/EPPS: estima-se que nenhum dos Grupos possui custo estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) anual.

6.9.5. Princípio da Padronização:

6.9.5.1. A padronização dos artefatos para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para apoio administrativo, vigilância e limpeza está sendo buscado a cada novo processo, através da utilização dos últimos artefatos produzidos, visando seu aprimoramento e adaptando-o às novas leis e normativos externos e internos da ANM.

6.9.5.2. Utilizando os modelos disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal.

6.9.6. Justificativa a exigência do Item do TR, que solicita a apresentação de declaração de saúde financeira assinada por um profissional habilitado da área contábil, é justificada pelo alto valor e pela natureza contínua do serviço a ser prestado à ANM.

6.9.6.1. Esta medida visa garantir a seleção de um prestador de serviço que demonstre robustez financeira capaz de cumprir com as obrigações contratuais a longo prazo. O profissional habilitado da área contábil, ao assinar a declaração, assume a responsabilidade legal pelas informações contábeis apresentadas, reforçando a confiabilidade e a transparência do processo de licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 - Diante das características físicas apresentadas pelos imóveis que sediam as Unidades Administrativa da Gerência Regional da ANM no Estado de Minas Gerais, sendo (1) um de grande porte, a SEDE da GER-MG em Belo Horizonte e (3) três de pequeno porte, mas que não fazem parte de prédios ou conglomerado de instalações comerciais.

Dispondo assim, de área verde, portão frontal ou lateral, saídas de veículos, garagem, área externa, conexão frontal e/ou lateral direta com a via pública.

O quantitativo de postos a serem contratados em cada unidade é o mínimo necessário para manter uma proteção adequada e ao mesmo tempo alinhada com disponibilidade orçamentária do órgão, não propondo mudanças aos quantitativos de postos e escala de trabalho adotados atualmente, que vem apresentando bons resultados e atendendo às necessidades da ANM-MG.

7.2 - Segue abaixo quadro resumo do quantitativo de mão de obra necessários para a boa execução dos serviços na futura contratação:

Local	CBO	CATSER	POSTOS	ESCALA DE TRABALHO	HORÁRIO
SEDE GER-MG - Belo Horizonte	5173-30	23647	01	Posto na escala de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;	7h00 às 19:00h
	5173-30	23957	01	Posto na escala de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (vigilantes) armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	19h00 às 7h00
	5173-30	23507	01	Posto diurno de 44(quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 1 (vigilante) armado.	44 horas semanais
UAGV-MG Governador Valadares	5173-30	23507	01	Posto diurno de 44(quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 1 (vigilante) armado.	44 horas semanais
UAPM-MG Patos de Minas	5173-30	23507	01	Posto diurno de 44(quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 1 (vigilante) armado.	44 horas semanais
UAPC-MG Poços de Caldas	5173-30	23507	01	Posto diurno de 44(quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 1 (vigilante) armado.	44 horas semanais

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Conforme disciplina o subitem 2.9, Anexo V, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, abaixo transcrito:

a) No caso de o custo estimado da contratação **serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

a.1) Por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços(PCFP), observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados; (Anexo V, item 2.8, IN SEGES/MPDG nº 05/2017) - Grifou-se

8.2. A estimativa do valor da contratação tomou como base:

a) Salários:

Os valores dos salários serão os estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) das categorias profissionais envolvidas, pois todos os cargos a serem contratados tem seu piso salarial fixado na respectiva CCT;

A utilização dos salários constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de cada categoria visa atender aos Acórdãos Nº 2758/2018 e Nº 3448/2022 do TCU, conforme abaixo:

SALÁRIO NORMATIVO, CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO e FIXAÇÃO EM PATAMAR SUPERIOR.
ACÓRDÃO Nº 2758/2018 – TCU – Plenário.

9.3. determinar ao Senado Federal, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, considerando a significativa discrepância, sem motivação, entre os salários fixados no edital (...) e aqueles estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho e em outras contratações da Administração Pública, sem comprovação da observância ao art. 3º da Lei 8.666/1993:

9.3.1. se abstenha de prorrogar o contrato decorrente do certame e adote, no curso de sua vigência, as providências necessárias à realização de novo certame licitatório, a exemplo da realização de pesquisas de mercado (em outras contratações públicas) e em convenções coletivas de trabalho, a fim de definir os salários-base das categorias de profissionais a serem contratados em nova licitação, de modo a expurgar do futuro certame a possibilidade de ocorrência das irregularidades observadas (...), promovendo, assim, a compatibilidade com as atividades a serem desempenhadas e a qualificação exigida; (...)

9.4. dar ciência à Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU 265/2014, da seguinte falha, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. falta de comprovação da observância ao art. 3º da Lei 8.666/1993 (...), tendo em vista a fixação, no edital, de salários acima daqueles estabelecidos nas convenções coletivas e de outras contratações da Administração Pública, sem aparente motivação, considerando o caráter rotineiro e ausente de complexidade das tarefas a serem desempenhadas pelos funcionários;

TERCEIRIZAÇÃO e FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL SUPERIOR À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.
ACÓRDÃO Nº 3448/2022 – TCU – 2ª Câmara.

9.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que (...) adote as seguintes medidas:

9.2.1. abstenha-se de promover a atual ou eventual prorrogação (...), diante das irregularidades detectadas no presente feito a partir das falhas na pesquisa de preços em prol da fundamentação dos salários para Assistente Administrativo I e II em patamar superior, respectivamente, a 96,07% e 85,05% sobre o definido como piso salarial na CCT da equivalente categoria, contrariando, entre outros, os arts. 3º, 5º e 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, até porque a correspondente empresa não teria o eventual direito subjetivo à superveniente prorrogação do aludido contrato público, mas apenas a mera expectativa de direito sobre essa medida, já que a futura prorrogação contratual estaria sob a eventual discricionariedade da administração pública, não merecendo, todavia, essa prorrogação ser legitimamente promovida diante da referida contratação em evidente dissonância com a proposta mais vantajosa para a administração pública; (...)

9.3. promover o envio da correspondente ciência preventiva e corretiva, (...) sobre as falhas ora identificadas no presente processo, devendo, especialmente, atentar para a plena e efetiva necessidade de evitar a recorrência da falha pela fixação de piso salarial para os cargos contratados em valor superior ao fixado na respectiva convenção coletiva de trabalho da categoria profissional, sem a devida comprovação, ainda, de que os valores contratados seriam compatíveis com os preços praticados pelo mercado, em desacordo com o art. 5º, VI, da IN Seges-MP n.º 5, de 2017, e com a jurisprudência fixada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 1.097/2019-TCU-Plenário;

Convenção Coletiva de Trabalho - CCT utilizada como base para a estimativa do valor da contratação:

Cargo	CCT	Vigência
Vigilante	MG000336/2024	de 01/01/2024 a 31/12/2025

b) Vale transporte

O custo das tarifas de vale transporte das cidades onde os serviços serão prestados:

SIGLA da Unidade	CIDADE/UF	Endereço	Nº	Bairro	CEP
GER - MG	Belo Horizonte/MG	Praça Milton Campos	201	Serra	30130-040
UAGV - MG	Governador Valares /MG	Rua Graça Aranha	377	Esplanada	35010-120
UAPM - MG	Patos de Minas/MG	Rua Colômbia	98	Alto Caiçara	38702-210

UAPC - MG	Poços de Caldas/MG	Rua São João da Boa Vista	318	Jardim dos Estados	37701-054
-----------	--------------------	---------------------------	-----	--------------------	-----------

c) Uniformes, Materiais e equipamentos

Os uniformes deverão ser fornecidos conforme CLÁUSULA QUINQUADÉSIMA - UNIFORMES, da CCT MG000336/2024.

Foram realizadas pesquisas de preços conforme IN nº 65 de 2021, cujos resultados foram lançados nos itens correspondentes da PCFP;

d) insumos, tributos e lucro;

8.4. Segue abaixo a planilha com o resumo da Estimativa:

CUSTO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL (24 meses)										
Planilha de Custo e Formação de Preços										
Grupo	Item	Categoria Profissional	Local da prestação dos serviços	CBO	CATSER	Unidade	Quant	Custo estimado mensal	Custo Estimado por posto (12 meses)	Custo Estimado (24meses)
1	1	Prestação de serviços de vigilância armada Noturna - (escala 12x36 - 1 posto - 2 vigilantes)	Belo Horizonte - MG	5173-30	23957	posto	1	R\$ 20.483,72	R\$ 245.804,67	R\$ 491.609,35
	2	Prestação de serviços de vigilância armada diurna (escala 12x36 - 1 posto - 2 vigilantes)	Belo Horizonte - MG	5173-30	23647	posto	1	R\$ 16.820,86	R\$ 201.850,33	R\$ 403.700,67
	3	Prestação de serviços de vigilância armada diurna (44 horas semanais - 1 posto - 1 vigilante)	Belo Horizonte - MG	5173-30	23507	posto	1	R\$ 9.029,67	R\$ 108.356,02	R\$ 216.712,04
	4	Prestação de serviços de vigilância armada diurna (44 horas semanais - 1 posto - 1 vigilante)	Governador Valadares - MG	5173-30	23507	posto	1	R\$ 8.079,24	R\$ 96.950,85	R\$ 193.901,71
	5	Prestação de serviços de vigilância armada diurna (44 horas semanais - 1 posto - 1 vigilante)	Patos de Minas - MG	5173-30	23507	posto	1	R\$ 7.973,54	R\$ 95.682,44	R\$ 191.364,88
	6	Prestação de serviços de vigilância armada diurna (44 horas semanais - 1 posto - 1 vigilante)	Poços de Caldas - MG	5173-30	23507	posto	1	R\$ 8.140,43	R\$ 97.685,20	R\$ 195.370,40
Custo Estimado Total para o Grupo									R\$ 846.329,52	R\$ 1.692.659,04

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1 - A contratação será composta por 1 (Grupo) grupo que representam as localidades da Gerencia Regional de Minas Gerais a serem atendidas. O grupo será composto por um único lote com 6 (seis) itens, que representam os postos diurno(12x36h), noturno(1236h) e diurno de 44 horas semanais, distribuídos nas diversas cidades a serem atendidas. Isto posto, para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visto que tal procedimento não restringe a participação de licitantes.
- 9.2 - O agrupamento dos itens em lote único evita a perda de economia de escala, a medida que os serviços pretendidos são de baixa complexidade técnica e que podem ser prestados por empresas registradas e fiscalizadas por um único conselho regional, dado que atuam no mesmo ramo de negócio.
- 9.3 - A contratação dos serviços por itens não implicará em ampliação da competitividade, e em consequência, em maiores ganhos econômicos, visto que, na prática, as mesmas empresas competirão em todos os itens da licitação.
- 9.4 - Conforme relatório do grupo de estudos de contratação e gestão de contratos terceirizados de serviços continuados na administração pública federal[1], quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, ao passo que, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.
- 9.5 - Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, os serviços não devem ser parcelados por itens, visto que, agrupando-os é esperado uma redução dos preços ofertados, consoante o Acórdão TCU 1214/2013-Plenário.
- 9.6 - Para a administração da ANM haverá redução dos custos de Administração e Fiscalização contratual.
- 9.7. A solução **não será parcelada** pelos seguintes motivos:

REQUISITO	SIM /NÃO /NÃO SE APLICA	JUSTIFICATIVA
(Justificativa Técnica) É tecnicamente viável dividir a solução sem gerar riscos indesejáveis?	NÃO	A divisão técnica da solução poderá gerar riscos indesejáveis, principalmente na administração e fiscalização dos contratos.
(Justificativa Econômica) É economicamente viável dividir a solução sem gerar custos adicionais?	NÃO	A divisão da solução não é viável, pois acarreta custos adicionais.
(Prejuízo ao Conjunto) É viável a dividir a solução sem ocasionar prejuízo ao conjunto dos itens?	NÃO	Mantendo-se o conjunto a comunicação e interação entre as localidades será de melhor qualidade por estar dentro de uma mesma empresa, melhorando a segurança como um todo na ANM do Estado de MG.
(Economia de Escala) Há economia de escala ao dividir a solução?	NÃO	A economia se dará com a união dos itens
(Competitividade) Ao dividir a solução haverá aproveitamento do mercado e ampliação da competição?	NÃO	Na prática, as mesmas empresas competirão em todos os itens da licitação
(Exclusividade para ME/EPP) Itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 anual deverão ser exclusivo para ME/EPP. Isso será aplicado?	NÃO SE APLICA	Todos os itens têm valor unitário anuais superiores a R\$ 80.000,00
(Exclusividade para ME/EPP) Nos itens com valores superiores a R\$		Todos os itens têm valor unitário anuais superiores a

80.000,00 anual é viável a divisão desses itens de forma a criar lotes exclusivos para ME/EPP?	NÃO SE APLICA	R\$ 80.000,00 - sem possibilidade de divisão do item
CONCLUSÃO		Não parcelamento da solução

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida contratação está alinhada ao Planejamento Anual de Contratação - PAC, conforme abaixo:

1. PCA 2024:
2. ID PCA: 29406625000130-0-000001/2024
3. Código de Contratação: 323102-90088/2023
4. Item: 80
5. Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
6. Data da Inclusão no PCA: 24/08/2023

12. Resultados Pretendidos

Como resultado da contratação a pretensão é dotar as instalações das Unidades Administrativas da Gerencia da ANM de MG, de adequada e eficiente segurança física e patrimonial a fim de garantir a segurança física dos servidores, estagiários e prestadores de serviços, bem como para preservar o patrimônio público, contribuindo no apoio ao desempenho de suas atribuições regimentais e institucionais.

Considerando a perspectiva financeira, a presente contratação representa o aperfeiçoamento da gestão com a contratação de serviços de apoio essencial a garantia do seu funcionamento.

13. Providências a serem Adotadas

Capacitação de servidores para atuar no acompanhamento e fiscalização do contrato.

Mobiliário para uso dos vigilantes e para guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços.

Banheiro e local de vestuário e guarda dos pertences da mão de obra envolvida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - A contratação em si não acarreta impacto ambiental, no entanto, no que couber, os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da contratação declara que a Contratação de empresa(s) especializada(s) na **prestação dos serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada com dedicação de mão-de-obra exclusiva** para atender as necessidades da Gerencia Regional da ANM no Estado de Minas Gerais é a única viável para atender às necessidades da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MADURO TOLEDO JUNIOR

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 14/05/2024 às 16:22:16.

JOSE IAGO PEREIRA DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/05/2024 às 16:23:14.

JOELMA GUALBERTO PASSOS DE OLIVEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 14:35:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3.1 - CBO - 5173-30 - Vigilante.pdf (13.21 KB)
- Anexo II - Lei nº 7.102-1983.pdf (2.09 MB)

Anexo I - 3.1 - CBO - 5173-30 - Vigilante.pdf

Relatório da Família

Código	Títulos
5173	Vigilantes e guardas de segurança

Títulos

5173-05 - VIGILANTE DE PROTEÇÃO DE AEROPORTO - Vigilante de aeroporto

5173-10 - AGENTE DE SEGURANÇA - Segurança comunitário, Segurança de evento, Segurança pessoal

5173-20 - VIGIA FLORESTAL - Guarda-rural, Guarda-territorial, Inspetor de guarda-territorial, Mateiro-guarda florestal

5173-25 - VIGIA PORTUÁRIO

5173-30 - VIGILANTE - Agente de segurança ferroviária, Assistente de segurança, Auxiliar de segurança, Auxiliar de serviço de segurança, Encarregado de portaria e segurança, Encarregado de segurança, Encarregado de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de segurança, Fiscal de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de vigilância bancária, Guarda de banco - organizações particulares de segurança, Guarda de segurança, Guarda de segurança - empresa particular de segurança, Guarda de vigilância, Guarda ferroviário, Guarda valores, Guarda vigia, Guarda-civil, Guarda-costas, Inspetor de vigilância, Ronda - organizações particulares de segurança, Rondante - organizações particulares de segurança, Vigilante bancário

Descrição sumária

Vigiam, de forma ativa, dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades. Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos; escoltam pessoas e mercadorias; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

Formação e experiência

O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

Condições gerais de exercício

São, em geral, assalariados, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança e de transporte terrestre, aéreo ou aquaviário. Podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos ou escala. Trabalham em grandes alturas, confinados ou em locais subterrâneos. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas.

Esta família não compreende

Consulte

Código internacional CIUO88

Notas

Vigilantes: lei nº 7.102, de 20/06/1983 - dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores e dá outras providências. Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 - regulamenta a lei nº 7.102, de 20.06.1983. Decreto nº 1.592, de 10/08/1995 - altera dispositivos do decreto nº 89.056, de 24/11/1983, que regulamenta a lei nº 7.102/83.

Gacs**A - ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO**

- A.1 - Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas
- A.2 - Rondar as dependências do local de trabalho
- A.3 - Ligar sistemas de iluminação e equipamentos
- A.4 - Ligar cabine de força
- A.5 - Verificar o uso do epi
- A.6 - Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos
- A.7 - Desligar sistemas de iluminação e equipamentos
- A.8 - Desenergizar linha do metrô para proteção do usuário
- A.9 - Apartar brigas
- A.10 - Providenciar socorros médicos
- A.11 - Solicitar reparos
- A.12 - Trocar lâmpadas
- A.13 - Resgatar pessoas acidentadas na via
- A.14 - Fotografar ocorrências
- A.15 - Prevenir incêndios
- A.18 - Combater incêndios
- A.19 - Prestar primeiros socorros

B - FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO

- B.1 - Vistoriar bagagens utilizando equipamento de raio x
- B.2 - Revistar pessoas
- B.3 - Revistar veículos
- B.5 - Revistar recintos
- B.6 - Realizar varreduras
- B.7 - Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos
- B.8 - Inspecionar a integridade das cargas
- B.9 - Conduzir infratores à delegacia

C - RECEPCIONAR PESSOAS

- C.1 - Identificar pessoas
- C.2 - Entrevistar passageiros
- C.3 - Consultar a pessoa a ser visitada
- C.4 - Analisar o comportamento de pessoas
- C.5 - Abordar pessoas
- C.6 - Encaminhar pessoas
- C.7 - Acompanhar o visitante
- C.8 - Controlar a movimentação interna das pessoas
- C.9 - Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas
- C.10 - Recepcionar autoridades
- C.11 - Requisitar transporte

D - CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS

- D.1 - Verificar a documentação da carga
- D.2 - Conferir a mercadoria e carga

D.3 - Apreender objetos ilícitos e irregulares

D.4 - Acompanhar a entrega da carga dentro do local de trabalho

D.5 - Identificar objetos achados e perdidos para devolução

E - ESCOLTAR PESSOAS E MERCADORIAS

E.1 - Informar-se sobre o número de pessoas a serem escoltadas

E.2 - Inteirar-se sobre a natureza da mercadoria a ser transportada

E.3 - Traçar o itinerário a ser percorrido e rotas alternativas

E.4 - Definir a escolta a ser utilizada

E.5 - Avaliar condições da área de destino

E.6 - Desviar de obstáculos e obstruções no trajeto

E.7 - Percorrer o trajeto preestabelecido

E.8 - Posicionar o veículo de forma a proteger o escoltado

E.9 - Estacionar o veículo atentando para rotas de fuga

E.10 - Adaptar percurso

F - VIGIAR PARQUES E RESERVAS FLORESTAIS

F.1 - Investigar na floresta os vestígios da ação de infratores

F.2 - Observar focos de incêndio do alto da torre de observação

F.3 - Localizar o foco de incêndio utilizando visada de azimute

F.4 - Movimentar-se em silêncio pela floresta para flagrar os infratores

F.5 - Reprimir a pesca predatória e a caça

F.6 - Apreender redes, facões, armas, armadilhas, gaiolas e outros

F.7 - Socorrer a fauna

F.8 - Embargar área em situação irregular

F.9 - Colher sementes de árvores nativas

F.10 - Afiar foices e enxadas

F.11 - Limpar o acesso às fontes de água

F.12 - Inspeccionar o estado de placas de sinalização

Y - COMUNICAR-SE

Y.1 - Relatar ocorrências

Y.2 - Interagir com órgãos oficiais

Y.3 - Prestar informações ao público

Y.4 - Comunicar ocorrências navais e contra o meio-ambiente

Y.5 - Catalogar a fauna e seus hábitos

Y.6 - Solicitar a presença de autoridade competente

Y.7 - Comunicar ocorrências de cargas irregulares

Y.8 - Informar visitantes sobre normas de segurança

Y.9 - Comunicar-se com a base durante a escolta

Y.10 - Informar aos presos os direitos e deveres e as normas

Y.12 - Comunicar-se através de gestos e sinais

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Z.1 - Demonstrar atenção

Z.2 - Trabalhar em equipe

Z.3 - Demonstrar autocontrole

Z.4 - Demonstrar pró-atividade

Z.5 - Demonstrar iniciativa

Z.6 - Demonstrar capacidade de contornar situações adversas

Recursos de trabalho

Equipamento de proteção individual

Uniforme

Cacetete

Veículo, viatura, jipe 4x4

Circuito Fechado De Tv

Revólver/pistola

Equipamento De Raio X

Macacão térmico, máscara de proteção

Lanterna

Detector De Metais - Pórtico E Bastão Eletrônico

Caminhão bombeiro

Gonômetro

Algemas

Aparelho telefônico, rádio transmissor ht

Bastão tonfa de defesa

Bomba d'água costal

Colete balístico

Binóculo e apito

Maca e prancha

Capacete

Luvas de proteção

Protetor auricular

Bota e sapato de segurança, coturno

Calculadora

Ocupações e seus Recursos

Vigilante de proteção de aeroporto

Agente de segurança

Vigia florestal

Vigia portuário

Vigilante

Participantes da descrição

Especialistas

Alexandre Savedra

Joel Steyka Silva

Luiz Roberto Gomes

Marco Jamil De Souza

Vilmar Soares Dos Santos

Instituições

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SINDICATO DOS PORTUÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Instituição conveniada responsável

Ministério Do Trabalho E Emprego - Mte

Glossário

Anexo II - Lei nº 7.102-1983.pdf



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995*](#))

§ 1º Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências. ([*Parágrafo único transformado em § 1º e com nova redação dada pela Lei nº 11.718, de 20/6/2008*](#))

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2º desta Lei;

II - necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências;

III - dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento. ([*Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.718, de 20/6/2008*](#))

§ 3º Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências. ([*Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.718, de 20/6/2008*](#))

Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Parágrafo único. [\(Revogado pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)](#)

Art. 2º-A. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que colocarem à disposição do público caixas eletrônicos, são obrigadas a instalar equipamentos que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior das máquinas em caso de arrombamento, movimento brusco ou alta temperatura.

§ 1º Para cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, as instituições financeiras poderão utilizar-se de qualquer tipo de tecnologia existente para inutilizar as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos seus caixas eletrônicos, tais como:

I - tinta especial colorida;

II - pó químico;

III - ácidos insolventes;

IV - pirotecnia, desde que não coloque em perigo os usuários e funcionários que utilizam os caixas eletrônicos;

V - qualquer outra substância, desde que não coloque em perigo os usuários dos caixas eletrônicos.

§ 2º Será obrigatória a instalação de placa de alerta, que deverá ser afixada de forma visível no caixa eletrônico, bem como na entrada da instituição bancária que possua caixa eletrônico em seu interior, informando a existência do referido dispositivo e seu funcionamento.

§ 3º O descumprimento do disposto acima sujeitará as instituições financeiras infratoras às penalidades previstas no art. 7º desta Lei.

§ 4º As exigências previstas neste artigo poderão ser implantadas pelas instituições financeiras de maneira gradativa, atingindo-se, no mínimo, os seguintes percentuais, a partir da entrada em vigor desta Lei:

I - nos municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, 50% (cinquenta por cento) em nove meses e os outros 50% (cinquenta por cento) em dezoito meses;

II - nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) até 500.000 (quinhentos mil) habitantes, 100% (cem por cento) em até vinte e quatro meses;

III - nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, 100% (cem por cento) em até trinta e seis meses. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 13.654, de 23/4/2018\)](#)

Art. 3º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados:

I - por empresa especializada contratada; ou

II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a vinte mil Unidades Fiscais de Referência (Ufir), para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufirs poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao Ministério da Justiça:

I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta lei;

II - encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu funcionamento;

III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 7º O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta lei ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa, de mil a vinte mil Ufirs;

III - interdição do estabelecimento. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 8º Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 9º Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei, na forma de seu regulamento.

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de de: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

I - proceder a vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas; (Inciso acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga. (Inciso acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. (Parágrafo único transformado em §1º pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do caput deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residenciais; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

§ 3º Serão regidas por esta Lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta Lei e demais legislações pertinentes. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994)

§ 5º (VETADO na Lei nº 8.863, de 28/03/1994)

§ 6º (VETADO na Lei nº 8.863, de 28/03/1994)

Art. 11. A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

Art. 12. Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

Art. 13. O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a cem mil Ufirs. (Artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995)

Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta Lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do caput e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10. [\(Artigo com redação dada pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994\)](#)

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta Lei. [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994\)](#)

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei.

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. [\(“Caput” do artigo alterado pela Medida Provisória nº 2.184-23, de 24/8/2001\)](#)

Parágrafo único. Ao vigilante será fornecida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.

Art. 18. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19. É assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: [\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)](#)

I - conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

b) das empresas especializadas em transporte de valores; e

c) dos cursos de formação de vigilantes;

II - fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior; III - aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;

IV - aprovar uniforme;

V - fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;

VI - fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;

VII - fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII - autorizar a aquisição e a posse de armas e munições; e

IX - fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

X - rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. [*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.863, de 28/3/1994\)*](#)

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. [*\(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

Art. 21. As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

I - das empresas especializadas;

II - dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.

Art. 22. Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único. Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão também utilizar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art. 23. As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa de quinhentas até cinco mil Ufirs; [*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995\)*](#)

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único. Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

Art. 24. As empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que entrar em vigor o regulamento da presente Lei, sob pena de terem suspenso seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se os Decretos-leis nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, e nº 1.103, de 6 de abril de 1970, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel